

A INVENÇÃO DA FAMÍLIA MODERNA: FUNÇÕES, PARTICULARIDADES E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

*THE INVENTION OF THE MODERN FAMILY:
FUNCTIONS, PARTICULARITIES AND FEELING OF
BELONGING*

Cícero Edinaldo dos Santos¹
Universidade Federal do Ceará

Resumo: Este artigo tem o objetivo de criar um panorama histórico sobre a invenção da família moderna, enfatizando os discursos acerca da educação moral das crianças e jovens. Centra-se, principalmente, nas funções, particularidades e sentimento de pertencimento, providenciados para serem executados na e a partir da família moderna. De cunho qualitativo e embasado numa revisão bibliográfica interdisciplinar, considera que o ideal de educar moralmente as crianças e jovens não emergiu "de dentro" das casas familiares. Foi criado externamente e propagado para ser reiterado no cotidiano do lar. Os pensadores da época inventaram o que deveria ser a família moderna, ao mesmo tempo em que justificaram

Abstract: This article aims to create a historical panorama on the invention of the modern family, emphasizing the discourses about the moral education of children and young people. It focuses mainly on the functions, particularities and feeling of belonging, provided to be performed in and from the modern family. Based on a qualitative and based on an interdisciplinary bibliographical review, it considers that the ideal of educating children and young people morally did not emerge "from within" family houses. It was created externally and propagated to be reiterated in the daily life of the home. The thinkers of the time invented what should be the modern family, at the same time they justified reasons for why and why it was right to exist. The idea of moral education was articulated

¹ Graduado em História e Doutorando em Educação. Bolsista Capes. E-mail: ciceroedinaldo@live.com

motivos para que e por que ela tinha razão de existir. A ideia de educação moral estava articulada a vontade de conduzir e direcionar os corpos, os sexos.

with the will to lead and direct the bodies, the sexes.

Keywords: Family. Modernity. Speech.

Palavras-chave: Família. Modernidade. Discurso

Reflexões Iniciais

Antes da Modernidade, não havia uma definição homogênea e estática das idades da vida. Os indivíduos não sabiam sequer a data de nascimento, tampouco comemoravam aniversários festivos. No entanto, discursos – orais e escritos – circulavam na Europa reiterando signos e significados, nos quais as idades da vida eram representadas através de características biológicas.

Os discursos sobre as idades da vida pertenciam a um sistema de descrição e de explicação que remontava aos filósofos jônicos do século VI a.C, sendo ressignificados pelos compiladores medievais nos escritos do Império Bizantino. Além disso, estiveram presentes em distintos livros, após a criação da imprensa, por Johannes Gutenberg, do século XV em diante (ARIÈS, 2006).

Se por um lado, a maior parte da população não recorria às fixações dos números para se definir, por outro, os estágios da existência humana já eram pautados nos tratados pseudocientíficos do período medieval. A terminologia de nomes utilizada atualmente para designar as idades da vida, tendo por horizonte de pensamento a precisão dos números, não continha o mesmo significado séculos atrás.

No período medieval, alguns discursos inspiravam-se em ideias de antigos filósofos gregos, tais como Pitágoras e Aristóteles. O primeiro dividia a vida em quatro partes, concedendo a cada parte vinte anos. O segundo considerava que a vida formaria um arco biológico, com três fases, a saber: crescimento, estabilidade e declínio. Para ele, todas as qualidades úteis que a juventude e a velhice apresentavam separadamente, a maturidade possui-as juntas. No entanto, em relação aos excessos e defeitos ficava pela meia e conveniente medida. A maturidade, ou seja, a idade adulta, estaria no topo (LE GOFF; TROUNG, 2006).

Além dessas divisões em torno de quatro e três idades da vida, existiam também discursos de classificação e divisão baseados na astrologia e nos 12 signos do zodíaco. O texto *Le Grand Propriétaire de toutes choses*² apresenta uma divisão das idades da vida e visa demonstrar uma síntese dessa temática, ressaltando as incongruências do pensamento vigente antes da Modernidade.

O referido texto afirmava que a primeira idade começava quando a criança nascia e se estendia até os 7 anos, período este em que nem todos os dentes estavam postos e a fala não era completamente entendida. A segunda idade, se estendia dos 7 aos 14 anos, quando o ser vivente estava imerso na pureza. A terceira idade, não tinha uma data fixa de término. Alguns pensadores afirmavam que ela se estendia até os 21, outros até os 28 e ainda tinha aqueles que dizia terminar entre 30 e 35 anos. Era vista como a idade onde já se podia procriar e crescer.

A quinta idade correspondia ao período de plenitude do corpo. Alguns pensadores afirmavam que duraria até os 45, outros defendiam o término aos 50 anos. Curioso notar que esta idade é chamada de “juventude”, devido à força que está no corpo e na alma, para ajudar a si mesma e aos outros. A sexta idade correspondia ao momento onde o ser vivente não era considerado velho, tampouco novo. Segundo alguns pensadores do período medieval, ela se estendia até os 70 anos. Segundo outros até a morte.

Em algumas classificações ainda existia a sétima idade, correspondente ao momento em que o indivíduo sofria doenças no corpo (tosse frequente, escarro descompassado, etc). Referia-se aos últimos anos de vida, quando se “voltava ao pó”, tal como dito pela Igreja Católica e a ideia de criacionismo, muito forte no período medieval.

Nessa conjuntura histórica, com a interferência da Igreja Católica, foram circulados discursos que pregavam a divisão em cinco ou seis idades da vida. Tais discursos conservavam as ideias de antigos filósofos, porém ultrapassa-os ou atenua-os através de uma ressignificação simbólica. A ideia de declínio perdeu força e foi substituída nos discursos da Igreja Católica pela ideia de jornada continua rumo à salvação (LE GOFF; TROUNG, 2006).

² Texto originalmente contido no Livro *História Social da Criança e da Família*, escrito por Ariès (2006).

Com o alvorecer da Modernidade, paulatinamente, tornou-se presente a preocupação pelas idades da vida na iconografia (ARIÈS, 2006). Havia uma preocupação em saber o curso do que seria (nascimento, reprodução, morte) e o que poderia acontecer neste e por este curso, tão incompreensível que chegava a ser identificado como um mistério existencial.

Um poema do século XIV, várias vezes reimpresso nos séculos seguintes na França, desenvolveu o calendário das idades, sem fixar demarcações numéricas precisas, tomando por referência os meses do ano. Conforme sua tradução:

Os seis primeiros anos que o homem vive no mundo
A janeiro com razão os comparamos
Pois nesse mês nem força nem virtude abundam
Não mais do que quando se tem seis anos

Os outros seis anos fazem-na crescer...
Assim também faz fevereiro todos os anos
O qual, enfim, conduz à primavera...
E quando a pessoa faz 18 anos,
Ela se modifica de tal forma
Que pensa valer mil pedaços
Assim também o mês de março
Se transforma em beleza e readquire calor...
No mês que vem depois de setembro
E que chamamos de outubro,
A pessoa tem 60 anos e não mais.
Então ela se torna velha e encarquilhada,
E se lembra de que o tempo a leva a morrer³.

Antes da Modernidade, os indivíduos sentiam a transformação atuando em seus corpos e mentes. Enquanto alguns (artistas, intelectuais, religiosos, etc) buscavam entender porque isso acontecia, outros apenas experimentavam a transformação. A vida era entendida como uma continuidade inevitável e crítica das idades, às vezes humorística, às vezes ou melancólica (ARIÈS, 2006).

Uma continuidade majoritariamente pautada apenas na abstração, pois poucos tinham privilégio de percorrer todas as idades. Em tempos em que a mortalidade de crianças era frequente, o trabalho extenuante, a higiene precária, as doenças incuráveis, tornou-se comum morrer antes do que era esperado, ou talvez, até mesmo não esperar viver muito.

³ Poema originalmente contido no Livro *História Social da Criança e da Família*, escrito por Ariès (2006).

Como visto anteriormente, as idades da vida eram marcadas por características embasadas nas transformações corporais, bem como em atos e comportamentos vistos como “naturais”, “inerentes” a determinados estágios da existência humana. Porém não havia uma definição precisa sobre o que cada estágio continha.

No século XXI, há o costume moral de que não se deve falar ou fazer alusão a assuntos sexuais *na frente de* ou *para as* crianças, pois as mesmas são “inocentes”. Cientistas, médicos, juristas e religiosos argumentam que é necessário cuidá-las, preservá-las, deixar que o curso da vida se encarregue de mostrar como elas podem usufruir dos seus corpos para o prazer e não antever indicações sobre esse uso dos prazeres.

Transpassados por preceitos políticos, crenças e dogmas, debates acalourados são feitos em prol da discussão da inocência da infância, bem como dos perigos, dos desvios e influências más que impedem a “condução correta” da juventude. O que passa despercebido é que o interesse pela educação moral das crianças e jovens tem uma história, onde foi construída ideias de naturalização e normalização dos indivíduos, ao mesmo tempo em que foi gestada a invenção da família moderna.

Diante disso, partindo de uma pesquisa bibliográfica e interdisciplinar, iremos, a seguir, criar um panorama histórico sobre a invenção da família moderna, enfatizando os discursos acerca da educação moral das crianças e jovens. Este panorama destacará as funções, particularidades e sentimento de pertencimento, providenciados para serem *executados na e a partir da* família moderna.

Ao utilizarmos a expressão no singular, “família moderna”, objetivamos um pensamento crítico e uma tentativa de desconstruir supostas premissas sobre a transhistoricidade dessa instituição social. Usamos a palavra para entender o que contem no seu íntimo e suas próprias transformações.

Sabemos que, na Modernidade, foram configuradas e difundidas distintas formas de família, seja por parte das temporalidades, espacialidades, classes sociais, raças ou integrantes que a constituem. Logo, podemos pensar em “famílias”, no plural, para ressaltar a polifonia de formas e configurações. Todavia, a utilização da expressão no singular pauta-se no interesse de pensar acerca dos fundamentos discursivos que sustentam a invenção da “família moderna”, tais como as funções,

particularidades e sentimento de pertencimento, que servem como ponto de referência e comparação para outras tipologias.

A invenção da Família Moderna e suas conexões discursivas

No período medieval, não havia a consciência da particularidade infantil (ARIÈS, 2006). Isso não quer dizer que as crianças fossem totalmente abandonadas ou negligenciadas. Eram consideradas vidas em processo de devir. Até o século XVII, o recém-nascido, por exemplo, incapaz de resistir sem o cuidado de outro ser vivente, responsável por este, era identificado como a vida que “não contava”. Não existia uma afeição pelo recém-nascido diante do alto nível de mortalidade que persistia na Europa e em outras partes do mundo.

“Assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama [de leite], ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (ARIÈS, 2006, p. 99). Com o alvorecer da Modernidade, não aconteceu uma mudança abrupta nos costumes, logo não havia o cuidado em falar, agir ou se comportar de determinadas maneiras na frente das crianças. O hábito de associá-las a brincadeiras que giravam em torno de temas sexuais era frequente e não chocava o senso comum. Tal hábito mantinha-se presente nas casas dos burgueses, fidalgos e plebeus.

O contato físico, que caracterizava tais brincadeiras entre adultos e crianças, era proibido apenas quando o corpo destas últimas começava a crescer e mudar, sendo percebido visualmente e tornando-se semelhante ao corpo dos adultos. Duas razões podem explicar esse tipo de relação.

Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência (ARIÈS, 2006, p. 80).

As particularidades da infância começaram a ter contornos mais precisos diante do contato entre os adultos – principalmente as mães e as amas de leite – com as crianças pequeninas. As características dessas últimas, tais como ingenuidade e o próprio corpo, serviam de distração e contemplação para os adultos. Esse sentimento de “paparicação” não se restringia aos indivíduos mais afortunados. Alastrou-se na

Europa durante a segunda metade do século XVI e, principalmente, no século seguinte. Transpôs o além-mar, mantendo traços fortes na atualidade.

Inicialmente, este sentimento trazia em si certa indiferença com a infância. Era comum chamar as crianças pequeninas de “coisa”, “coisinha”, não defini-las por nome ou comemorar seu aniversário, pois as mesmas poderiam sucumbir antes do crescimento (ARIÈS, 2006). O afeto tinha limites para se precaver do apego e, posteriormente, o sofrimento causado pela morte.

No período medieval, o registro do nascimento nos documentos paroquiais não era uma prática. Não havia também sensos estatísticos para definir e delimitar o número de servos, senhores e escravos, os filhos destes e descendentes. Foi somente durante o século XVIII que os párocos passaram a manter registros com estas datações, cumprindo as imposições do Estado Moderno. A relevância da noção de idade afirmou-se diante das alterações socioculturais da época, à medida que os reformadores religiosos e civis a impuseram tanto no Estado Moderno, quanto na Igreja Católica.

A exasperação pelo sentimento de “paparicação” fez emergir a vontade de separar e direcionar as crianças, com base em novos costumes socioculturais. Alguns pensadores, muitos deles religiosos católicos ou adeptos dos ideais iluministas, empregaram ações para conhecer e delimitar as particularidades das crianças, corrigindo-as. Em seus discursos, as crianças não eram identificadas como “coisas”, mas como seres humanos peculiares. Tais ações serviram para caracterizar a infância com contornos definidos, entendendo os limites corporais e, posteriormente, intelectuais das crianças.

Assim como as mães e amas de leite, os pensadores tornaram-se sensíveis a reconhecer as particularidades da infância, todavia se recusaram a considerar as crianças como brinquedos encantadores, pois “viam nelas frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (ARIÈS, 2006, p. 105).

A vontade de educar as crianças também se propagou em várias partes do mundo e serviu como inspiração para os processos educacionais das temporalidades seguintes. Os discursos de alguns pensadores se contrapuseram, em certa medida, com o sentimento de “paparicação”, adentrou a casa familiar e as instituições escolares. O ideal de educação moral se alastrou, paulatinamente.

No século XVII, havia o discurso de que as crianças uniam os pais, tornando-os inseparáveis diante dos laços de sangue. Além disso, difundia-se o hábito de insistir nas semelhanças físicas entre os pais e filhos. Essa semelhança, visível corporalmente, servia como fator de aglutinação e gerava a identificação entre uns e outros. Pensava-se, por exemplo, que São José se parecia com seu filho adotivo, Jesus Cristo, salientando-se assim a força do laço familiar (ARIÈS, 2006).

No período medieval e nos primeiros séculos da Modernidade, havia o costume de educar as crianças fora do lar, expresso quase como um ritual de passagem rumo à idade adulta.

As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que elas morassem e começassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício, ou mesmo para que frequentassem uma escola e aprendessem as letras latinas. Essa aprendizagem era um hábito difundido em todas as condições sociais (ARIÈS, 2006, p. 157).

Algumas delas voltavam a conviver com os pais, outras jamais retornavam depois de adultas. A família não nutria uma noção de particularidade ou sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não tivessem afetos pelos filhos. Eles viam nos filhos a projeção de melhores condições de vida (após o emprego desses) ou a manutenção do *status* social. A família era uma realidade econômica e social, mais do que sentimental.

Ao conviver com os adultos, em outras casas e espaços sociais, as crianças aprendiam por imitação e/ou imposição. Aprendiam pela prática cotidiana. Muitas pessoas frequentavam a casa de famílias abastadas, ensinando atos e comportamentos para as crianças que, em alguns casos, não eram condizentes com as opiniões dos pais e, em outros, eram permitidos por eles, sem nenhum constrangimento.

A mistura entre adultos, jovens e crianças, bem como a falta de responsabilidade dos pais perante a educação dos filhos passou a incomodar os pensadores do século XVII. Estes afirmavam que era necessário criar possibilidades de relações onde às crianças não aprendessem, precocemente, assuntos ligados ao sexo. Com esse posicionamento eles instigavam o aparecimento das funções e responsabilidades familiares.

Desde o período medieval, apenas o filho mais velho de um casal, de camada social abastada, recebia a fortuna ou ficava responsável pelo patrimônio conseguido, por linhagem e *status*, dos pais. Este costume gerava intempestivas disputas entre os irmãos. A partir de meados do século XVII, os pensadores contestaram a legitimidade desse costume, afirmando que o mesmo prejudicava a equidade entre os filhos de um casal e provocava a possibilidade de afeição entre eles.

Um fator religioso atravessava as decisões de tais pensadores. Enquanto o filho primogênito ficava encarregado de administrar as posses dos pais, o segundo ou terceiro, ia para o mosteiro ou claustro. Muitos deles não tinham vocação. Tornavam-se padres apenas por imposição. O discurso de equidade na divisão das posses dos pais tinha por trás a intenção de barrar vocações forçadas.

A partir do fim do século XVIII, a desigualdade entre os filhos de um mesmo casal tornou-se “uma injustiça intolerável”. Na Europa foram os novos costumes e não leis restritas, inspiradas na Revolução Francesa, por exemplo, que suprimiram o direito de primogenitura (ARIÈS, 2006).

Por um lado, os pensadores argumentavam que os pais deveriam amar os filhos igualmente, pois não havia “diferença de natureza” entre eles, por outro defendiam que os pais eram responsáveis pela escolha dos cônjuges dos descendentes. O casamento era escolha dos progenitores e, exceto algumas exceções, não se baseava no amor cortês (GIDDENS, 1993).

Aos poucos, o afeto tornou-se um referencial de aglutinação entre pais e filhos, bem como de equidade entre os irmãos. Isso provocou “zonas de intimidade” entre os integrantes da família moderna. Tais zonas de intimidade, físicas e morais, não existiam no período medieval e estavam, de certa forma, articuladas ao entendimento das particularidades das crianças, da presença das mesmas no lar e nas escolhas e direcionamentos dos filhos jovens, antes e após o casamento (ARIÈS, 2006).

As famílias europeias começaram a reduzir de tamanho e, progressivamente, aderiram os costumes de discrição e isolamento. Serviram de modelo para outros tipos de família localizados em distintas partes do mundo. Começaram a manter segredos e acontecimentos na casa, sem expô-los socialmente.

A casa passou a ser dividida em cômodos independentes, onde os moradores ficavam juntos, mas dormiam separados. Tornou-se o “lugar estruturado da família”. As refeições foram encurtadas e os criados passaram a dormir e trabalhar em quartos separados, sem muito contato com os patrões. Cada cômodo foi nomeado como apropriado ou inapropriado para ser usado, com divisões arquiteturais, pelos próprios moradores.

A casa deixou de ser lugar público e tornou-se o lugar separado, lugar máximo de expressão da família, lugar de afeto, aprendizados e normatizações, comandada pelo “chefe da família”: o pai. Imersas nos discursos da Igreja Católica, todas as famílias modernas eram convidadas a considerar a Sagrada Família como seu modelo a ser seguido. Maternidade e paternidade tinham ilustres figuras de direcionamento. Nem todas aceitavam tranquilamente tal convite.

No fim do século XVIII e começo do século XIX, a discrição e o isolamento trouxeram em si uma nova polidez para as relações entre os seres vivos: uma noção do que deveria ser restrito a casa (independente de sua configuração econômica) e o que poderia ser visto pela sociedade. As visitas de amigos ou clientes passaram a ser programadas com antecedência, para que ninguém chegasse em horário inoportuno, quebrando a rotina familiar ou constatando “o desconhecido”.

Na Modernidade, manuais de boas maneiras passaram a guiar o convívio social, estimulando formas específicas de conduzir os atos e comportamentos das crianças e jovens, bem como de seus responsáveis dentro das casas e na sociedade. Tais manuais defendiam o controle dos corpos e a restrição dos impulsos considerados agressivos ao meio social. A espontaneidade das ações corporais foi substituída pela regra e repressão aos desviantes (ELIAS, 1994).

No século XVIII, conselhos higiênicos de cuidado com a saúde do corpo circularam em várias partes da Europa, se estendendo posteriormente para outros continentes. Nessa conjuntura histórica emergiu discursos de que a maternidade era um “instinto” inerente à mulher, um elemento próprio de sua “Natureza Humana”. Tais discursos visavam exigir das mulheres, muitas jovens e sem amor por seus cônjuges, o sacrifício de cumprir “seus deveres naturais” (BADINTER, 1985).

As ideias dos pensadores da época modelaram as funções da família moderna, com destaque para as funções maternas. Criaram o “instinto materno”.

Transformando-o em um elemento biopsicológico, ligado a um conjunto polivalente de postulações morais que pressionavam as mulheres a agirem e se identificarem com determinadas características.

É válido ressaltar que o vínculo entre mãe e bebê, representado pela amamentação, não foi homogeneizado. Entre nobres e burgueses, as mães continuaram a entregar seus bebês a amas-de-leite até o fim do século XIX. Nas camadas sociais pobres muitas mães abandonavam seus filhos após o nascimento, seja por falta de condições econômicas para criá-los ou falta de afeto (BADINTER, 1985).

Com os ideais de higienização e da assepsia, na Europa e em algumas partes do mundo, a utilização do leite animal começou a ser utilizada, embora, inicialmente, com certos medos de contaminação. Todavia, uma mudança significativa é válida de nota. A ama-de-leite passou a se deslocar, ao invés da criança, residindo na casa da família do bebê (ARIÈS, 2006). Embora o amor materno pudesse ser questionado, percebe-se que desde então, mais do que o símbolo da amamentação, o símbolo do amor materno tornou-se o desejo que o bebê ficasse, na casa. Vivo.

Desde o século XVII, a educação das crianças e jovens tornou-se uma preocupação familiar, por pressão dos pensadores da época.

[...] as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte da educação, da reputação e da fortuna. Daí em diante, um movimento visceral destruiria as antigas relações entre senhores e criados, grandes e pequenos, amigos ou clientes. Esse movimento foi retardado em certos casos pelas inércias do isolamento geográfico ou social [...] Em toda parte ele reforçaria a intimidade da vida privada em detrimento das relações de vizinhança, de amizades ou de tradições (ARIÈS, 2006, p. 191).

A infância passou a ser caracterizada com a ideia de dependência em relação aos pais, a família moderna. Não apenas no sentido corporal, mas também moral. Os pais deveriam ser responsáveis pela aprendizagem delas, pela inculcação de boas maneiras, pelo relacionamento delas com o próprio corpo e com o corpo dos outros.

Estudos de comunidades primitivas demonstram que as redes de parentesco, as funções de homens e mulheres, os discursos sobre reprodução e unidades domésticas não são homogêneas em todas as sociedades (MEAD, 1969, MALINOWSKI, 1976). Em contrapartida, também revelam que existem algumas regras básicas para a constituição daquilo que denominamos família, a saber, a proibição do incesto (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Em distintas espacialidades, indivíduos fisicamente atraentes e que vivem próximos, como, por exemplo, irmãos e irmãs, tornaram-se sexualmente inatingíveis e não provocam, reciprocamente, nenhum desejo sexual consciente. Quando alguém transgride essa delimitação do impulso sexual, passa a sentir vergonha e/ou culpa, uma vez que a naturalização dos corpos serve como guias para o contato com o corpo do outro e de si.

Pode-se dizer que o complexo mecanismo neurológico dos seres vivos, articulado as normas culturais permitiu, historicamente, um amplo condicionamento, através do qual alguns padrões de atos e comportamentos afiguram como certos, enquanto outros são repudiados.

Sabe-se que a família serve como centro de normalização, autorepresentação e diferenciação da materialidade corporal, delimitando suas funções sociais. Ela faz isso a partir das relações intergeracionais, onde valores e ideais são reiterados, inseridos na vida dos novos integrantes, por um processo de ensino e aprendizagem sutil, minucioso, sempre inacabado (COURT, 2005).

Devido à sua enorme influência emocional, a família tende a afetar a experiência dos indivíduos desde a gestação. Com o desenvolvimento corporal e mental dos seus novos integrantes, ela pode se tornar uma instituição de elevada realização do significado da existência humana, para estes, bem como de uma violação da dignidade, das possibilidades de escolhas. Suas normatizações tendem a dar limites (LASCH, 1991).

A partir do que foi exposto é possível perceber que o pressuposto discursivo de que a família conjugal, composta por pai/homem, mãe/mulher e descendentes não é universal, tampouco natural. A ideia de pertencimento identitário a um grupo pequeno de relações afetivas, econômicas e sociais com funções e configurações específicas, era desconhecido no período medieval e nasceu nos séculos XV-XVI, para se exprimir com vigor definitivo no século XVII (ARIÈS, 2006).

Antes da Modernidade, a família cumpria a função de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava muito nos afetos (com)partilhados (ARIÈS, 2006). Até o século XVII, as particularidades da família moderna e o sentimento de identificação entre seus integrantes ainda não era

homogenia em todas as camadas sociais. A partir do século seguinte, tais expressões se estenderam, sendo reproduzidas entre ricos e pobres, velhos e novos.

Compreende-se que essa ascendência moral da família tenha sido originalmente um fenômeno burguês: a alta nobreza e o povo, situados nas duas extremidades da escala social, conservaram por mais tempo as boas maneiras tradicionais, e permaneceram indiferentes à pressão exterior. As classes populares mantiveram até quase nossos dias esse gosto pela multidão. (ARIÉS, 2006, p. 195).

Na Modernidade, houve um acentuado crescimento de vigilância sobre tudo o que se relacionava ao sexo. Pais de família ou aqueles que desejariam tal função deveriam confessar seus atos e desejos mais íntimos. O rompimento das leis do casamento ou a procura por prazeres fora do mesmo eram condenados e deveriam ser confessados (FOUCAULT, 1988).

Existia uma condenação ampla em torno de tudo aquilo que pudesse ser experimentado sexualmente fora do casamento: relação sexual entre homens ou entre mulheres, infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais ou a “bestialidade sexual”, ou seja, aquilo que contrariava a “natureza humana”.

[...] o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pela qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da quaresma ou das abstinências), sua frequência ou raridade: era sobretudo dela que estava saturado de prescrições. O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das constrições; era sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes. Estava sob estreita vigilância: se estivesse em falta, isto tinha que ser mostrado e demonstrado diante de testemunha (FOUCAULT, 1988, p. 44).

Nos discursos acerca da configuração da família moderna emergiram jogos de poder e prazer, onde eram solicitados e implantados, mesmo que temidos, enunciados sobre a sexualidade não conjugal, não heterossexual, não monogâmica (FOUCAULT, 1988). Ao dizer o que a família moderna era, os discursos faziam emergir o que ela não deveria ser e ter, mas ao fazer isso já provocava visibilidade sobre “o proibido, a falta, o desvio”.

No decorrer do século XIX, a família moderna já era caracterizada como uma célula monogâmica e conjugal. Tinha um lugar próprio (a casa) e funções específicas, entre elas atentar-se ao uso dos corpos, dos prazeres permitidos e repudiados para

os pais e para os filhos. Internacionalmente, discursos de pensadores, médicos e cientistas, circulavam e faziam emergir novas funções para os integrantes da família.

Se antes os discursos dos pensadores pautavam a retirada das crianças do convívio direto com os adultos, bem como a educação moral para as mesmas, a partir de então a moralidade ganhou força ao se articular com outro tipo de discurso, a saber, o discurso pautado na verdade do sexo e na sexualidade.

No século XIX, já se falava cientificamente sobre a sexualidade. Esta palavra existia no jargão técnico da Biologia e da Zoologia em 1800 (GIDDENS, 1993), mas somente no final da referida conjuntura histórica, ela veio a ser usada amplamente em sentido próximo ao significado que se propagou nas temporalidades seguintes.

Desde então, acirrou-se cada vez mais uma corrida em busca dos vícios e delitos sexuais. Crianças curiosas, meninas precoces, colegiais ambíguos, educadores duvidosos, transeuntes com estranhos fetiches, passaram a ocupar os conselhos escolares, as casas de correção, as penitenciárias e os tribunais judiciários.

Uma verdadeira trama de sedução se espalha pela casa, pela escola, pelo dormitório dos colegiais, pelos quartéis, pelas salas de consulta médica: pais e filhos, adultos e crianças, mestres e alunos, inferiores e superiores, médicos e pacientes seduzem-se uns aos outros na trama poder-prazer. A peculiaridade dessa trama é que nela o sexo transita sem ser monogâmico, heterossexual nem necessariamente genital. E esse trânsito não é reprimido, mas é parte da estratégia geral da sexualidade controlada (CHAUÍ, 1991, p. 184).

A partir do alvorecer da *scientia sexualis*⁴, no fim do século XVIII, houve modificações nas ênfases dos enunciados normativos e uma expansão considerável daqueles que se sentiam confortáveis em criar ou delimitar a verdade do sexo. Pensadores, moralistas e/ou religiosos, continuaram a difundir seus discursos, porém apareceram novas ideias ligadas aos campos das psicologias e da psicanálise, por exemplo, onde a sexualidade foi destacada no processo de subjetivação dos indivíduos. Alguns discursos divergiam, enquanto outros se conectavam.

A monogamia heterossexual, a proibição do incesto, a naturalização dos sexos/gêneros, continuaram sendo regras internas dos enunciados discursivos, todavia o interesse esteve centralizado cada vez mais nas sexualidades das crianças e

⁴ A *scientia sexualis*, nascida no fim do século XVIII, pode ser caracterizada como um procedimento prático-discursivo utilizado no Ocidente para produzir a verdade do sexo. Visa regulamentar o tempo e o espaço, bem como suas interfaces com os corpos. Limita o prazer. Impõe regras. Enquanto ciência, diz-se responsável pela verdade e falsidade do sexo (FOUCAULT, 1988).

jovens, dos loucos e criminosos, no prazer daqueles que amam o mesmo sexo, nos devaneios e obsessões sexuais.

Desde então, a família moderna não se caracterizou (apenas) como a instituição repressora ou afetiva, mas também como núcleo e agrupamento de onde se legitimava a sexualização dos indivíduos e de todas as práticas que a reproduzem ou “ferem a sua integridade”.

A separação entre adultos e crianças, a polaridade estabelecida entre o quarto dos pais e o das crianças (que passou a ser canônica no decorrer do século, quando começaram a ser constituídas habitações populares), a segregação relativa entre meninos e meninas, as regras estritas sobre o cuidado com os bebês (amamentação materna, higiene), a atenção concentrada na sexualidade infantil, os supostos perigos da masturbação, a importância atribuída à puberdade, os métodos de vigilância sugeridos aos pais, as exortações, os segredos, os medos e a presença ao mesmo tempo valorizada e temida dos serviços, tudo faz da família, mesmo reduzida às suas menores dimensões, uma rede complexa, saturada de sexualidades múltiplas, fragmentárias e móveis (FOUCAULT, 1988, p. 53-54).

Alguns estudiosos, afirmam que, desde o século XVII, houve o interesse em extinguir palavras e enunciados afrontosos ao pudor, expandindo a censura e o silenciamento do sexo, bem como de tudo o que se referia a ele, em várias localidades da Europa (CHAUI, 1991). Há possibilidade de que isso tenha acontecido.

Todavia, também existe a possibilidade de que, a partir dessa conjuntura histórica, tenha existido um movimento enfático que objetivava a vontade de saber e direcionar tudo o que se referia aos corpos, aos sexos, e posteriormente, a sexualidade dos indivíduos. Um movimento que tendeu a perpassar a própria invenção das funções, particularidades e sentimento de pertencimento da família.

Proibições, recusas, censuras e negações sobre os corpos de fato aconteceram. No entanto, tais ações repressoras podem ser vistas como peças que possuem uma função local e tática numa colocação discursiva mais ampla, numa “vontade de saber” que não ficou estagnada diante das tentativas de silenciamento, mas que serviu de suporte e instrumento para o entendimento do próprio sexo. Com o alvorecer da Modernidade, “a ‘colocação do sexo em discurso’, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação” (FOUCAULT, 1988, p. 19).

A partir de todo esse processo complexo, a família moderna se tornou a representante e responsável privilegiada da socialização primária. Desde então, a

casa, os pais, os filhos, as formas de conduzir e uma infinidade de outros elementos transformaram a família moderna numa “estrutura socioinstitucional objetiva”, em que se encontram significados e significantes, que legitimam funções nutricionais, afetivas e normativas (SEDMANN, DI LÓRIO, 2015).

Considerações Finais

A partir do panorama histórico assinalado percebe-se que os ideais de moralidade fizeram emergir a vontade de educar as crianças e jovens para que eles usufríssem do sexo, conforme preceitos ditos naturais e normais. A naturalização e a normalização das funções familiares não existiram desde sempre.

O sentimento de identificação, baseados no sangue e no afeto, entre os integrantes de uma família é uma expressão da Modernidade. Esteve ligado a estruturação da casa, ao governo e cotidiano dos seus integrantes, com ênfase no que deveria ser realizado pelos jovens cônjuges, bem como pela própria invenção da infância.

A tentativa de moralizar o cotidiano da família moderna foi sustentada pelo desenvolvimento de uma série de técnicas de controle que visavam ao ajuste, à otimização e as aptidões dos indivíduos. O ideal de educar moralmente as crianças e jovens não emergiu “de dentro” das casas e lares familiares. Foi criado externamente e propagado para ser executado no cotidiano do lar. Ao mesmo tempo em que se inventa *o que deveria ser* a família moderna, também era inventado *para que e por que ela* tinha razão de existir.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão Sexual**: Essa nossa (des)conhecida. 12ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

COURT, Pedro Morandé. Família e Sociedade Contemporânea. In: PETRINE, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (orgs). **Família, Sociedade e Subjetividades**: Uma perspectiva multidisciplinar. Editora Vozes, 2005.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** - Vol.1: A Vontade de Saber. São Paulo: Graal, 1988.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: Sexualidade, amor & erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração – a família**: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques; TROUNG, Nicolas. **Uma História do Corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1969.

SEIDMANN, Susana; DI LÓRIO, Jorgelina. Género, Cultura y Família. Um abordaje desde la perspectiva de la Psicología Social. *In*: STREY, Marlene Neves; VERZA, Fabiana; ROMANI, Patrícia Fasolo (orgs.) **Gênero, Cultura e Família**: Perspectiva Multidisciplinares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

Recebido em: 15/05/2017

Aprovado em: 21/07/2017